

A SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL DO TURISMO RURAL

THE SOCIO-ECONOMIC AND ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY OF RURAL TOURISM

Larissa Bitar Duarte¹

Elisete de Souza Ramão Paz²

RESUMO: Este artigo apresenta uma revisão teórica com o objetivo de estabelecer uma relação conceitual entre a sustentabilidade socioeconômica e ambiental e o turismo rural através das contribuições advindas de pesquisas já realizadas sobre o assunto, artigos já publicados, autores de livros sobre o tema e usando como exemplificação o roteiro rural Caminhos do Rural Saudável, realizado no município de Igrejinha, Rio Grande do Sul, promovido pela Secretaria de Agricultura e Interior em parceria com a EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Constatou-se que o turismo pode trazer muitos benefícios de cunho ambiental, cultural, social e econômico, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do local. Além disso, as atividades de lazer praticadas no espaço rural, conhecida como turismo rural, reforçam o tripé da sustentabilidade, alcançando as dimensões econômica, ambiental e social, pois, ao contemplar o modo de vida rural, apresenta vínculo com a produção e favorece a agregação de valor aos produtos locais.

Palavras-chave: Sustentabilidade socioeconômica e ambiental. Turismo rural. Ruralidades. Roteiros temáticos.

ABSTRACT: This paper presents a theoretical review with the aim of establishing a conceptual link between socio-economic and environmental sustainability and rural tourism, through contributions from previous studies on the subject, published articles, authors of books on the subject, and using as an example the rural itinerary of Caminhos do Rural Saudável (Healthy Rural Paths) in the city of Igrejinha, Rio Grande do Sul, sponsored by the Department of Agriculture and Interior in partnership with EMATER – Technical Assistance and Rural Extension Company. It was found that tourism can have many environmental, cultural, social and economic benefits, contributing to the sustainable development of the site. In addition, leisure activities practiced in rural areas known as Rural Tourism strengthen the tripod of sustainability, achieving economic, environmental and social dimensions, since, by contemplating the rural way of life, it establishes ties to production and favors adding value to local products.

Keywords: Socio-economic and environmental sustainability. Rural tourism. Rural life. Thematic routes.

INTRODUÇÃO

Ao mesmo tempo em que se fala tanto em globalização e mundialização, percebe-se que atualmente as pessoas têm se questionado sobre como viver num mundo

cada vez mais padronizado ou afirmar a sua própria identidade, seu vínculo de pertencimento a algum lugar. Hall (1992) afirma que a globalização explora a diferenciação local. Dessa forma, seria preciso pensar numa nova arti-

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT/RS), pós-graduada na Universidade Anhangüera no curso MBA – Gestão Estratégica de Negócios (2013), possui graduação no Curso Superior de Turismo Cultural pela Universidade Católica de Pelotas (2001). Pesquisadora em projeto de pesquisa e extensão na área de Turismo em parceria com a Universidade Federal do Pampa – Campus Jaguarão e no projeto de pesquisa e extensão Turismo Pedagógico. Bolsista Capes.

² Mestranda pelo Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da FACCAT. Bolsista da Capes. Possui graduação em Comunicação Social – Habilitação Relações Públicas – FACCAT – Faculdades Integradas de Taquara (2009) e especialização em Comunicação Corporativa – FGF – Faculdade Integrada da Grande Fortaleza/POSEAD (2012).

culação entre “o global” e “o local”. A globalização, nesse sentido, iria produzir novas identificações “locais”.

Para Menezes (2009, p. 54), é nesse contexto que reside “a preocupação com a valorização das manifestações culturais e do patrimônio cultural como um bem que representa a alma, a identidade e a tradição de um lugar”. A autora acredita que a procura pela cultura das cidades tem levado a um crescente interesse em preservar o que é local, o que tem valor cultural, com o objetivo de valorizar a sua imagem, afirmando a identidade cultural e, ao mesmo tempo, atrair o turista, ajudando o desenvolvimento econômico.

O objetivo desta pesquisa bibliográfica é estabelecer uma relação conceitual entre o *turismo rural* e a *sustentabilidade socioeconômica e ambiental*, sob o ponto de vista do turismo como atividade promotora do desenvolvimento. Essa relação transcende o econômico, uma vez que o incentivo ao desenvolvimento das atividades turísticas pode desencadear uma série de outras mudanças. Destacam-se entre elas: mudanças infraestruturais nas regiões (melhoria dos transportes; estradas e veículos especializados nas visitas turísticas); infraestrutura pública (saneamento básico, internet, telefone); políticas públicas (incentivo do Estado tanto na agricultura familiar como em programas de desenvolvimento do turismo rural do Ministério do Turismo em conjunto com a atratividade de investimentos locais), entre outras (TEIXEIRA; SOUZA, 2012).

Sabe-se que a organização da produção agrícola familiar, associada direcionalmente ao desenvolvimento das atividades turísticas, é vista como uma pré-condição para o eixo das atividades turísticas rurais, ou seja, se o desenvolvimento do turismo não for bem estimulado, acontecerá a inibição do processo do desenvolvimento econômico e estrutural (CERETTA; JASPER, 2012).

Também verificaremos, neste trabalho, como o turismo vem incorporando os espaços rurais; o significado dos termos *ruralidades* e *novas ruralidades*; a questão do planejamento e da roteirização, os roteiros temáticos no turismo rural; e o turismo como alternativa socioeconômica para os agricultores locais.

Este artigo apresenta uma seção sobre turismo rural, que é dividida em duas subseções: uma sobre sustentabilidade socioeconômica e ambiental e outra sobre roteiros temáticos, na qual é apresentado um exemplo de roteiro rural realizado na cidade de Igrejinha, RS.

TURISMO RURAL

Inicia-se esta seção conceituando a palavra *turismo* e, após, os termos *ruralidades* e *novas ruralidades*, para

depois chegar ao *turismo rural*. A primeira definição foi dada por Hermann Von Schullern em 1911, em que o economista austríaco define o turismo como algo que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, estado ou país (BARRETO, 2005).

A definição mais recente é do mexicano Oscar De La Torre, que afirma:

Turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura e saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (BARRETO, 2005).

A definição aceita pelo ponto de vista formal é dada pela OMT – Organização Mundial de Turismo: “Soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais”. Segundo também a Organização Mundial de Turismo (2003, p. 20), “turismo pode ser considerado como a atividade de pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual ou que neles permaneçam por menos de um ano consecutivo a lazer, a negócios ou por outros motivos”.

O espaço que era definido como rural urbanizou-se, nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura e, de outro lado, o transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural (CERETTA; JASPER, 2012).

E é a partir disso que surge a discussão sobre as ruralidades e novas ruralidades. Entende-se por ruralidades o processo de transformação social impulsionado pela conversão de áreas agrícolas em casa de moradia, sendo assim o multidimensionamento de fenômenos sociais e culturais (TEIXEIRA; SOUZA, 2012).

Para Silva (1998, p. 43), “a modernização do campo, o aparecimento de trabalhadores e a pluriatividade deste trabalhador e sua família configuram um novo rural”. Essas mudanças levam a um irreversível processo de urbanização do campo.

As novas ruralidades implicam questionamentos sobre o que é o rural, qual sua dimensão espacial, social, cultural, econômica e ambiental. Essas reflexões surgem junto a um panorama de mudanças em que a adesão às

atividades não agrícolas como meio de ocupação da população rural ganha cada vez mais destaque. É nesse contexto que entra a crescente implantação de atividades turísticas em espaços rurais como meio de desenvolver e revitalizar comunidades rurais nas mais diferentes esferas, fazendo com que o turismo desponte entre as atividades não agrícolas rurais que ganha maior notoriedade (TEIXEIRA; SOUZA, 2012).

Assim, o turismo no espaço rural, ao ter nas particularidades socioculturais e naturais os seus atrativos, propicia a valorização do meio rural, condicionada à conservação ambiental, patrimonial, cultural, etc., e traz conjuntamente uma nova função a este espaço (TEIXEIRA; SOUZA, 2012, p. 233).

A partir disso proliferam várias modalidades do turismo (agroturismo, ecoturismo, turismo cultural), delineando uma nova configuração dos espaços rurais. As características típicas do meio rural, gastronômicas, o patrimônio natural e cultural, os costumes, além das opções de lazer e descanso, têm atraído cada vez mais os habitantes da cidade (CERETTA; JASPER, 2012).

A definição do Ministério do Turismo (2003, p. 11) sobre turismo rural é de “um conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e material da comunidade”.

Erroneamente, o termo agroturismo tem sido usado como sinônimo de turismo rural. No entanto, trata-se de uma derivação desse, mas caracterizado por uma interação mais efetiva entre o turista e as atividades agrícolas, conforme o Ministério do Turismo (2003).

Couto (2006) discute sobre os termos *turismo rural* e *turismo no espaço rural* e considera normais as generalizações, que ora utilizam um termo, ora outro, mas, segundo ele, de modo geral, desejam expressar o mesmo significado, que é de turismo em áreas não urbanas, embora em algumas delas esteja claro o significado de turismo em propriedades rurais agrícolas:

- O turismo no espaço rural precisa resguardar sua especificidade, isto é, ele não pode imitar o turismo oferecido nos centros urbanos;
- A clientela do turismo rural, em sua maioria, provém dos grandes centros urbanos e busca no campo uma interação mais intensa e direta com a natureza, a qual precisa ser preservada;
- A originalidade e a simplicidade da vida rural constituem um diferencial. Quanto menor a artificialização da propriedade rural que se abre ao turismo, melhor;
- As iniciativas de turismo rural com maior probabilidade de sucesso são aquelas que envolvem a

comunidade regional em todas as fases do empreendimento, desde seu planejamento até a sua implantação e posterior exploração. Iniciativas isoladas ou individuais dependem demasiadamente de características locais específicas;

- Os responsáveis pela condução do empreendimento turístico precisam ser conhecedores da história, da cultura, das tradições, da culinária e das atrações naturais da região em que estão inseridos. O turista é extremamente curioso e questionador;
- A exploração do turismo rural deve ter caráter de complementaridade, isto é, a atividade não deve ser abandonada. O turista aprecia participar ativa ou passivamente do trabalho na agricultura e adora saber que a maioria dos produtos consumidos nas refeições provém do estabelecimento visitado;
- A vida rural ainda preserva algumas características típicas de uma subcultura, cada vez mais interpenetrada pela cultura urbana dominante. O turista muitas vezes procura o meio rural para resgatar traços dessa subcultura, os quais, portanto, precisam ser resguardados e valorizados (COUTO, 2006, p. 37).

Teixeira e Souza (2012) concordam que há uma diversidade de terminologias que permeiam a discussão conceitual sobre a atividade do turismo rural. Os autores afirmam que, para alguns estudiosos, o turismo rural consiste em toda e qualquer atividade de lazer praticada no espaço rural; já para outros, caracteriza-se como um tipo de turismo que contempla o modo de vida rural, apresentando vínculo com a produção e favorecendo a agregação de valor aos produtos locais.

SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL

Nos dias atuais, sabe-se que uma das grandes preocupações da atualidade gira em torno da escassez dos recursos naturais disponíveis, consequência da produção capitalista desenfreada, que parece não ter maiores preocupações com os aspectos socioambientais e culturais.

É nesse contexto que surge o termo “sustentabilidade”. A Comissão Brundtland (WCED, 1987) apresenta uma definição de sustentabilidade que tem sido a mais difundida, a qual considera que o desenvolvimento sustentável deve satisfazer as necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

Seguindo uma linha similar de pensamento, encontra-se a definição de Cavalcanti (1998, p. 161) sobre sustentabilidade: “[...] a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema”.

Conforme Nascimento (2012), a noção de sustentabilidade tem duas origens: a primeira, na biologia, por meio da ecologia, refere-se à capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas (resiliência) em face de agressões antrópicas (uso abusivo dos recursos naturais, desflorestamento, fogo etc.) ou naturais (terremoto, tsunami, fogo, etc.); a segunda origem, na economia, como adjetivo do desenvolvimento, em face da percepção crescente ao longo do século XX de que o padrão de produção e consumo em expansão no mundo, sobretudo no último quarto desse século, não tem possibilidade de perdurar.

Levando em conta essa explicação de Nascimento (2012), pode-se dizer que a definição de Sachs (1993, p. 235-236) sobre sustentabilidade parece basear-se totalmente na origem da economia: “[...] constitui-se num conceito dinâmico, que leva em conta as necessidades crescentes das populações, num contexto internacional em constante expansão”.

Claro, Claro e Amâncio (2008) lembram que, nas últimas décadas, muitas outras definições sobre sustentabilidade foram surgindo, mas a maioria dos estudos afirma que a sustentabilidade é composta de três dimensões que se relacionam: econômica, ambiental e social, que também são conhecidas como *triplebottomline*.

Romeiro (1998, p. 248) está de acordo com essa visão quando afirma: “[...] o desenvolvimento, para ser sustentável, deve ser não apenas economicamente eficiente, mas também ecologicamente prudente e socialmente desejável”, ou seja, na visão do autor, a sustentabilidade precisa apoiar-se nesse tripé formado pelas questões econômicas, sociais e ambientais, não se podendo separá-las. Ele acredita que o conceito do tripé da sustentabilidade tornou-se amplamente conhecido entre as empresas e os pesquisadores, sendo uma ferramenta conceitual útil especialmente para ilustrar a importância de uma visão da sustentabilidade mais ampla, além de uma mera sustentabilidade econômica.

Corroborando essa ideia, encontram-se as explicações de Nascimento (2012, p. 55-56) a respeito das três dimensões da sustentabilidade. Ele comenta que a primeira dimensão do desenvolvimento sustentável normalmente citada é a ambiental e que “ela supõe que o modelo de produção e consumo seja compatível com a base material em que se assenta a economia, como subsistema do meio natural”. A segunda dimensão, segundo o autor, é a econômica e “supõe o aumento da eficiência da produção e do consumo com economia crescente de recursos naturais, com destaque para recursos permissivos [...]”. A terceira e última dimensão é

a social, pois, conforme o autor, “uma sociedade sustentável supõe que todos os cidadãos tenham o mínimo necessário para uma vida digna e que ninguém absorva bens, recursos naturais e energéticos que sejam prejudiciais a outros”.

O conceito descrito por Sachs (1993) traz uma importante contribuição a essa discussão sobre as dimensões ou diferentes aspectos da sustentabilidade. Ele se refere a cinco tipos de sustentabilidade: a *ecológica* – referente à base física do processo de crescimento e que tem como objetivo a manutenção de estoques dos recursos naturais, incorporados às atividades produtivas; a *ambiental* – referente à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas; a *social* – referente ao desenvolvimento e que tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população; a *política* – referente ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento; e a *econômica* – referente a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado.

Os estudos de Cavalcanti (1994) são concernentes a essa discussão, uma vez que o autor salienta que, em época recente, a economia não pode ser vista isolada do meio ambiente de matéria e energia, ou seja, a economia, segundo o autor, não é um sistema dissociado do mundo da natureza, pois não existe atividade humana sem água, fotossíntese ou ação microbiana no solo.

Para o autor supracitado, pode-se igualmente imaginar a economia (sistema econômico) como sustentada por uma pinça cujos braços correspondem a dois parâmetros: o ambiental e o ético. O parâmetro de meio ambiente mostra o que pode ser feito do ponto de vista biofísico, e o parâmetro ético indica o que é permitido moralmente fazer (CAVALCANTI, 1994).

O artigo de Barbosa (2008) corrobora essa pauta quando explica a questão ambiental no Brasil na década de 1960, quando se intensificam os discursos e estudos sobre isso após uma fase de intenso crescimento urbano. A autora relata que, com a crise do petróleo nessa época, a reflexão acerca do futuro, que se apresenta incerta, começa a ser exposta no pensamento político, social e filosófico, levando ao questionamento da participação do homem no planeta. Para Barbosa (2008), o conceito de “desenvolvimento sustentável” surgiu, nesse contexto, como um termo que expressa os anseios

coletivos, tais como a democracia e a liberdade, muitas vezes colocadas como uma utopia.

Sob a ótica do desenvolvimento local, percebe-se o quanto o turismo pode trazer benefícios de cunho ambiental, cultural e social. E, além de atrelar valorização ao meio rural, o turismo também tem uma função econômica, uma vez que gera emprego, incrementa a renda, oferecendo uma alternativa socioeconômica para agricultores e não só opções de lazer (TEIXEIRA; SOUZA, 2012).

Com base em todas essas afirmações, pode-se entender que, na relação entre desenvolvimento e sustentabilidade, ou seja, no desenvolvimento sustentável, estão implicados dois aspectos em especial: o social e o ambiental.

Denardi (2000) apresenta uma explanação sobre esse viés social, explicando que, entre o final da Segunda Grande Guerra Mundial e meados dos anos 1960, não se fazia distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. No entanto, as condições de vida de muitas populações não melhoravam, até pioravam, mesmo quando os seus países haviam alcançado elevadas taxas de crescimento. A ideia de desenvolvimento foi paulatinamente incorporando uma série de aspectos sociais: emprego, necessidades básicas, saúde, educação, longevidade.

Sobre o aspecto ambiental, pode-se dizer que o conceito de desenvolvimento sustentável surge para enfrentar a crise ecológica (JACOBI, 2003). Ehlers (1999, p. 103) tem um pensamento semelhante ao de Jacobi (2003) quando afirma que “o desenvolvimento sustentável deve conciliar, por longos períodos, o crescimento econômico e a conservação dos recursos naturais”, como também ao de Moreira (1999, p. 196), que afirma que o desenvolvimento sustentável “está associado ao uso, equilíbrio e dinâmica dos recursos da biosfera no presente e no futuro [...]”.

Para Veiga (2005), o desenvolvimento sustentável é considerado um enigma que pode ser dissecado, mesmo que ainda não resolvido. Ele afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável é uma utopia para o século XXI apesar de defender a necessidade de buscar um novo paradigma científico capaz de substituir os paradigmas do “globalismo”.

Com base em tudo isso, pode-se dizer que, no turismo rural, a sustentabilidade econômica está muito visível, uma vez que a atividade e prática da administração pela família em sua propriedade vem aumentando a renda familiar através do turismo, ou seja, pequenas propriedades produzem alimentos e, como extras, abrem sua propriedade para a exploração do turismo.

Alguns exemplos de atividades atrativas são a lida no campo, o almoço campeiro, a roda de música com churrasco no chão, além da exploração da paisagem rural como forma de fugir do dia a dia das grandes cidades, dando uma importância sociocultural ao olhar para o novo território.

ROTEIROS TEMÁTICOS

Um exemplo prático de como o turismo vem se incorporando nos espaços rurais são os roteiros temáticos. Dentro do planejamento do turismo, a roteirização é uma das formas de desenvolvimento do turismo desde sua criação até a comercialização e finalmente uma avaliação contínua (CERETTA; JASPER, 2012).

Segundo Ceretta e Jasper (2012), os roteiros podem ser temáticos ou atingir vários segmentos, como o turismo rural, por exemplo: trilhas, passeios que remetem ao dia a dia no campo, visitas guiadas a propriedades históricas, entre outros, através das peculiaridades da diversidade cultural dentro dos aspectos de cada região.

Segundo as autoras, existem princípios que devem ser levados em conta na preparação de roteiros: evolução da percepção dos efeitos do turismo, análise de capacidade da carga, observação do consenso e conscientização da comunidade local e trabalho na conscientização dos turistas, integração do elemento sociocultural no planejamento turístico.

Para Bahl (2004, p. 42), roteiro é “a descrição pormenorizada de uma viagem ou do itinerário. Indicação de uma sequência de atrativos existentes e merecedores de serem visitados”. Os roteiros podem ser municipais ou regionais e oferecem ao turista muitos locais importantes a serem visitados e com informações sobre cada um especificamente. Podem ser elaborados por órgãos públicos, pela iniciativa privada ou individualmente pelos próprios turistas. Na prática, podem ser efetuados por conta própria ou por intermédio de agências e operadoras, que, nesse caso, podem contar com o acompanhamento de guias de turismo (CERETTA; JASPER, 2012).

As autoras supracitadas acreditam que, para planejar um roteiro, é preciso ter: objetivos, analisando a abordagem; direcionamento, pensando no público-alvo, faixa etária, número de pessoas; título ou nome fantasia, que deve encantar o público escolhido; atrativos, que podem fazer com que o roteiro seja temático ou não; dias e horários para visita; incluir sempre locais para compras; escolher bem os locais para refeição e incluir no custo do roteiro, inclusive shows e suas taxas; itinerário, verificando pontos de interesse, caminhos a percorrer e quilo-

metragem; avaliar o número de paradas de acordo com o público; avaliar as possibilidades de transporte, que podem ser automóvel, ônibus (micro ou convencional), bicicleta e outros, lembrando o público de que se quer atingir para realizar o roteiro; avaliar a duração do roteiro; observar os horários e locais de partida e chegada, bem como a frequência em que o roteiro possa ser realizado. Elas afirmam que, depois de planejado e elaborado cada um desses itens, é fundamental fazer um teste.

Para divulgação e comercialização dos roteiros, conforme Moletta (2000), é necessário: participar de feiras de turismo, escolher meios de divulgação de acordo com o público que se quer atingir, criar folhetos e guias turísticos específicos, elaborar cd's, dvd's com vídeos, criar *homepage* na internet e utilizar a assessoria de imprensa da prefeitura. A comunidade local também pode ser um divulgador do roteiro; portanto é importante que ela conheça o roteiro.

“CAMINHOS DO RURAL SAUDÁVEL” – UM EXEMPLO DE ROTEIRO RURAL

Em Igrejinha, uma cidade gaúcha de 33 mil habitantes aproximadamente, localizada no Vale do Paranhana, há um exemplo de roteiro rural que é promovido pela Emater/RS em parceria com a Secretaria de Agricultura e Interior do município há quase oito anos e que tem sido trabalhado por empreendedores e agricultores familiares da região.

Segundo informações fornecidas pela Emater regional, “a proposta é divulgar a exuberância do ambiente e resgatar a cultura local, para que os visitantes desfrutem de um convívio harmônico com a natureza e também conheçam as plantas aromáticas e medicinais e o seu uso para uma vida mais saudável”.

Percebe-se, a partir de publicações em veículos de comunicação impressos e eletrônicos, ao longo de seus 50 anos de emancipação, que Igrejinha é conhecida por manter a cultura e hábitos germânicos pela produção coureiro-calçadista e por conservar as belezas naturais.

Conforme entrevista com Miriam Carnetti, responsável pela Emater de Igrejinha, pode-se afirmar que o foco desse roteiro são a saúde preventiva e a questão ambiental, “a saúde do ambiente, a saúde humana, e o trabalho das plantas medicinais, com foco na qualidade de vida”.

Esse roteiro foi montado por um grupo do município que tinha interesse em levar o conhecimento de plantas aromáticas e condimentares aos visitantes, como

também demonstrar a eles os usos e também as formas de ter uma vida mais saudável.

Segue abaixo um resumo do roteiro e das atividades que nele são realizadas (com textos e fotos extraídos do site da Prefeitura de Igrejinha – www.igrejinha.rs.gov.br fornecidos pela Emater de Igrejinha/RS):

Restaurante do Sítio

Às margens da RS 020, nº 59.287, na localidade de Lajeadinho, em Igrejinha, está localizado o Restaurante do Sítio. Em ambiente rústico e aconchegante junto à natureza, o sabor da comida caseira, servida no fogão campeiro, onde orgânicos já fazem parte do cardápio.



Figura 1 - Vista externa do Restaurante do Sítio.

Fonte: Extraído de www.igrejinha.rs.gov.br.



Figura 2 - Vista interna do Restaurante do Sítio.

Fonte: Extraído de www.igrejinha.rs.gov.br.

Horto Alecrim

O Horto Alecrim é um espaço didático, criado pelo pesquisador Telmo Tiago da Silva, em que se encontram, disponíveis para estudo, mais de 200 espécies de plantas medicinais, uma completa biblioteca além de um galpão crioulo. Oferece oficinas no local e também no Sítio Pé da Serra, com atendimento em grupos. Tem por objetivo proporcionar conhecimentos na identificação, preparo e uso das plantas medicinais, objetivando uma melhor qualidade de vida.



Figura 3 - Vista interna do Horto Alecrim.
Fonte: Extraído de www.igrejinha.rs.gov.br.



Figura 4 - Exemplar do Horto Alecrim.
Fonte: Extraído de www.igrejinha.rs.gov.br.

Sítio Pé da Serra

O Sítio Pé da Serra está localizado na área rural do município na encosta da serra. Possui mata nativa, pomar, horta, horto de plantas medicinais, galinheiro com colhe-pague e ainda um moderno e eficiente siste-

ma de coleta e distribuição de água da chuva. É acolhedor e agradável. Suas trilhas ecológicas oferecem caminhadas em contato direto com a natureza, onde as árvores, os pássaros e as cores vibrantes deixam o visitante deslumbrado. Atualmente, o Sítio Pé da Serra realiza trabalhos em parceria com o Horto Alecrim.



Figura 5 - Parte do Sítio Pé da Serra.
Fonte: Extraído de www.igrejinha.rs.gov.br.

Pesque-Pague de Darci Beck

Um belo local para lazer junto à natureza privilegiada. Possui vários açudes, piscina natural, campo de futebol sete, cancha de bocha e pracinha. O visitante, além de pescar e preparar o próprio almoço, poderá também contar com o atendimento carinhoso da família Beck para fazer um lanche ou degustar uma deliciosa refeição. Serve à la minuta, churrasco e comida típica alemã.



Figura 6 - Parte do Pesque-Pague Darci Beck.
Fonte: Extraído de www.igrejinha.rs.gov.br.

Morro do Xaxim

Inserido em meio à mata nativa, de natureza exuberante e um mirante fantástico, com vista privilegiada para algumas cidades dos Vales do Paranhana e Sinos, o Morro do Xaxim é um lugar onde você poderá percorrer uma trilha ecológica com plantas centenárias de xaxim e belas paisagens. Junto ao mirante, você poderá degustar e adquirir deliciosos produtos coloniais produzidos pela família Kraemer, que participa há mais de dez anos da Feira do Produtor Rural na sede.



Figura 7 - A floresta de Xaxim.

Fonte: Extraído de www.igrejinha.rs.gov.br.



Figura 8 - Mirante do Morro do Xaxim.

Fonte: Extraído de www.igrejinha.rs.gov.br.



Figura 9 - Produtos coloniais comercializados junto ao mirante.

Fonte: Extraído de www.igrejinha.rs.gov.br.

Sítio de Lazer Paraíso

Paz, ar puro, tranquilidade e muito verde, com churrasqueira e açudes para pesca são os pontos fortes do Sítio de Lazer Paraíso, localizado na Serra Grande. Também oferece restaurante com comida típica, café colonial, bar e lancheria. Você também poderá adquirir produtos coloniais e artesanato. O sítio foi criado pela família Schäfer para concretizar o sonho do paraíso aqui na terra.



Figura 10 - Parte do Sítio Paraíso.

Fonte: Extraído de www.igrejinha.rs.gov.br.



Figura 11 - Produtos coloniais comercializados no Sítio Paraíso.

Fonte: Extraído de www.igrejinha.rs.gov.br.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das leituras realizadas para a construção deste artigo e da análise do roteiro rural realizado pela Emater de Igrejinha, ficou evidente o quanto o turismo, em especial a valorização de atividades de lazer nos espaços rurais, pode trazer benefícios de cunho ambiental, cultural, social e econômico, contribuindo para o desenvolvimento local.

No caso do exemplo trazido nesta pesquisa, o roteiro “Caminhos do Rural Saudável”, pode-se concluir que, apesar do pouco tempo de existência e da pouca divulgação que tem sido feita (apenas no site da prefeitura e panfletos e vídeos feitos há quase três anos, que já estão desatualizados), esse roteiro apresenta muitas características mencionadas na sessão anterior, em que foram citados autores que discorrem sobre o planejamento do turismo e a roteirização como uma das formas de desenvolvimento do turismo desde sua criação até a comercialização. Percebe-se que há um grande potencial a ser explorado pelo município referente ao turismo rural e sua relação com o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BAHL, M. **Viagens e Roteiros Turísticos**. Curitiba: Protexito, 2004.

BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, 4. ed., n. 4, v. 1, jan./jun. 2008.

BARRETTO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**, 2006.

CAVALCANTI, Clovis. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos da realização econômica. In: CAVALCANTI, Clovis (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

CLARO, Danny Pimental; CLARO, Priscila Borin de Oliveira; AMÂNCIO, Robson. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **R. Adm.** São Paulo, v. 43, n. 4, p. 289-300, out./nov./dez. 2008.

COUTO, Renan Evangelista. **Turismo como mecanismo de desenvolvimento local e empreendedorismo sustentável: análise da demanda e do espaço rural do Alto Aiuruoca, Itamonte, MG / Renan Evangelista Couto**. – Niterói, RJ : [s.n.], 2006.

DENARDI, Reni A. et al. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Paraná**. EMATER/Paraná: Curitiba, 2000.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118. março/2003.

JASPER, Juliana Rose; CERETTA, Carolina Ciliane. **Turismo no espaço rural: oportunidades e sinergias contemporâneas**. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2012.

MENEZES, Juliana Santos. O patrimônio cultural da cidade de Ilhéus à luz da Literatura de Jorge Amado. **Cultura – Revista de Cultura e Turismo**, ano 03, n. 03, junho/2009. www.uesc.br/revistas/culturaeturismo.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília: Secretaria de Políticas de Turismo, 2003.

MOLETTA, Vânia Florentino. **Comercializando um destino turístico**. Porto Alegre: Sebrae/RS, 2000.

MOREIRA, José Roberto. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica, UFRRJ/CPDA, 1999.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados** 26 (74), 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, OMT. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Porto Alegre: Bookman, 2003. Original em inglês: Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism. World Tourism Organization, 1998.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura.** São Paulo: Annablume; FAPESP, 1998.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meioambiente.** São Paulo: Studio Nobel; Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SILVA, Graziano da; José et al. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: AL-

MEIDA, J. A. et al. (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Santa Maria: Centro Gráfico, 1998.

TEIXEIRA, Andressa Ramos; SOUZA, Marcelino. A Valorização da Ruralidade a partir do Turismo: Roteiro Turístico Caminhos Rurais, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 231-251, abril de 2012.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENTAL AND DEVELOPMENT (WCED). **Our common future.** Oxford: Oxford University Press, 1987.